

Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Instituições Públicas de Ensino Superior: Uma revisão a partir do Estado do Conhecimento

Liara Londero de Souza¹

Silvia Pavão²

Resumo: Este estudo investigou a produção científica sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro no período de 2012 a 2022. A pesquisa, fundamentada no Estado do Conhecimento proposto por Morosini (2021), analisou teses e dissertações para identificar as principais abordagens e resultados encontrados. Os resultados indicam um crescimento nas pesquisas sobre o tema, com foco em políticas públicas de acesso e permanência, ações de inclusão e a perspectiva da comunidade acadêmica. Apesar dos avanços, as pesquisas evidenciam a necessidade de fortalecer as políticas institucionais e promover a colaboração entre diferentes atores para garantir a efetiva inclusão. A conclusão ressalta a importância de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e a construção de um ensino superior mais inclusivo e acessível a todos.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino Superior. Políticas Públicas. Ações Afirmativas. Estratégias Interinstitucionais.

Inclusion of People with Disabilities in Public Higher Education Institutions: A review of the State of Knowledge

1

Abstract: This study investigated scientific production on the inclusion of students with disabilities in Brazilian higher education between 2012 and 2022. The research, based on the State of Knowledge proposed by Morosini (2021), analyzed theses and dissertations to identify the main approaches and results found. The results indicate a growth in research on the subject, with a focus on public policies for access and permanence, inclusion actions and the perspective of the academic community. Despite the advances, the research highlights the need to strengthen institutional policies and promote collaboration between different actors to ensure effective inclusion. The conclusion highlights the importance of public policies that promote equal opportunities and the construction of a more inclusive higher education system that is accessible to all.

Keywords: Inclusion. Higher education. Public policies. Affirmative Action. Inter-institutional strategies.

Inclusión de Personas con discapacidad en Instituciones Públicas de Educación Superior: Una revisión a partir del Estado del Conocimiento

Resumen: Este estudio investigó la producción científica sobre la inclusión de

¹ **Atenção: Nome dos Autores e Resumo Biográfico só devem ser inseridos na versão final do artigo, após Decisão Editorial comunicando a Aprovação.** Exemplo: Maior Titulação. Professor do Programa de Pós-Graduação em xxxxx da Universidade Federal dexxxxxxxx (SIGLA), campus Montes Claros. Estado, País. E-mail:xxxxxxxxx. Orcid:xxxxxx

² Doutorando em xxxx pela Universidade Estadual xxxxxxxxx. Professor de Matemática da Secretaria Municipal de Educação de xxxxxxx. Estado, País. E-mail: xxxxxx. Orcid: xxxx.

estudiantes con discapacidad en la educación superior brasileña entre 2012 y 2022. La investigación, basada en el Estado del Conocimiento propuesto por Morosini (2021), analizó tesis y dissertaciones para identificar los principales enfoques y resultados encontrados. Los resultados indican un crecimiento de las investigaciones sobre el tema, con foco en las políticas públicas de acceso y permanencia, acciones de inclusión y perspectiva de la comunidad académica. A pesar de los avances, la investigación destaca la necesidad de fortalecer las políticas institucionales y promover la colaboración entre los diferentes actores para garantizar una inclusión efectiva. La conclusión enfatiza la importancia de políticas públicas que promuevan la igualdad de oportunidades y la construcción de un sistema de educación superior más inclusivo y accesible para todos.

Palabras clave: Inclusión. Educación Superior. Políticas públicas. Acción afirmativa. Estrategias interinstitucionales.

1 Introdução

A construção deste trabalho foi desenvolvida como parte da dissertação, Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: Equidade nos Processos Avaliativos, desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Políticas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. O enfoque específico da avaliação é a revisão bibliográfica realizada por meio da utilização do Estado do Conhecimento, conforme preconizado por Morosini (2021) e permitiu a análise crítica e a síntese dos estudos existentes sobre o tema da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, com o intuito de compreender as principais abordagens teóricas, metodológicas e resultados encontrados nas teses e dissertações selecionadas.

O presente trabalho representou não apenas uma oportunidade para aplicar os conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos durante o mestrado, mas também o aprofundamento do entendimento sobre a relevância da revisão bibliográfica e do Estado do Conhecimento como ferramentas essenciais no campo da produção do conhecimento.

A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior é um tema de extrema importância e atualidade. A busca por uma educação inclusiva nesse contexto visa garantir a igualdade de oportunidades e o pleno acesso ao conhecimento para todos os estudantes, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais. Nesse contexto, a revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental ao mapear, analisar e sintetizar as pesquisas existentes sobre a inclusão no Ensino Superior, oferecendo insights e contribuições valiosas para a gestão institucional dessa política por parte das Instituições Públcas de Ensino.

Através da aplicação do Estado do Conhecimento proposto por Morosini (2021), este

trabalho buscou explorar e compreender as implicações da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. O Estado do Conhecimento consiste em uma revisão sistemática e aprofundada da literatura científica disponível, que permite identificar as principais temáticas abordadas, as abordagens teóricas e metodológicas adotadas, bem como as lacunas e tendências emergentes no campo da inclusão no Ensino Superior.

Assim, teve como objetivo central fornecer uma visão panorâmica do estado atual das pesquisas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, com ênfase nas implicações em nível de gestão institucional. Por meio da revisão bibliográfica, foram identificados os principais avanços, desafios e estratégias adotadas pelas Instituições Públicas de Ensino nesse contexto, assim como, forneceu subsídios para o aprimoramento de políticas e práticas inclusivas nas universidades.

Dessa forma, a realização do Estado do Conhecimento proposto por Morosini (2021) apresentou-se como uma abordagem essencial para a compreensão da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior e suas implicações em nível de gestão institucional. Ao analisar as pesquisas existentes, este estudo buscou fornecer subsídios para a construção de políticas e práticas efetivas, visando à promoção de uma educação universitária mais inclusiva, equitativa e acessível a todos.

3

2 Metodologia

Buscando construir as bases teóricas para o desenvolvimento do presente trabalho, realizou-se um estudo preliminar, com a intenção de mapear a produção de teses e dissertações sobre as políticas públicas de acesso e permanência de estudantes com deficiência na educação superior, para tanto, foi realizado um levantamento inicial no Banco Nacional de Teses e Dissertações, por tratar-se de um catálogo único de consulta que reúne as informações sobre os acervos de periódicos, nacionais e internacionais, presentes nas bibliotecas brasileiras.

Nesta pesquisa foi realizada a delimitação do campo do conhecimento científico no tema das políticas públicas de acesso e permanência de estudantes com deficiência na educação superior, tendo como recorte temporal o período de 2012 a 2022. O ano de 2012 foi escolhido por tratar-se do período em o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior torna-se efetivamente uma política de acessibilidade, visando universalizar e institucionalizar as ações de inclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES,

passando a contar com um aporte financeiro contínuo para manter e garantir a inclusão, até então ele se efetivava por meio de chamadas públicas, com foco na criação e consolidação de núcleos de acessibilidade a implementação projetos e ações de identificação de barreiras ao acesso de pessoas com deficiência à educação superior (BRASIL, 2013).

Para a realização das buscas nas bases de dados, foram utilizados os seguintes descritores: “educação superior (ensino superior); deficiência (pessoa com deficiência), permanência; aprendizagem”. Os descritores foram selecionados a partir do tesauro multilíngue DeCS/MeSH – Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings. A exceção do descritor permanência, que não está presente, mas foi selecionado porque seu conceito é utilizado nas políticas de inclusão, indicando a pessoa com deficiência que consegue permanecer até a diplomação.

Quadro 1 - Descritores e seus termos alternativos segundo o tesauro multilíngue DeCS/MeSH –
Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings

4

Descriptor em português	Termo(s) alternativo(s)
Educação Superior (Ensino Superior)	Universidades Faculdades Instituições de Ensino Superior Universidade
Deficiência (Pessoa com Deficiência)	Deficiência Física Deficiências Físicas Deficiente Físico Limitação Física Pessoa com Deficiência Física Pessoa com Desvantagem Pessoa com Incapacidade Pessoa com Incapacidade Física Pessoa com Limitação Física Pessoa com Necessidade Especial Pessoas com Deficiência Física Pessoas com Deficiências Pessoas com Deficiências Físicas Pessoas com Desvantagens Pessoas com Incapacidade Pessoas com Incapacidade Física Pessoas com Incapacidades Pessoas com Limitação Física Pessoas com Limitações Físicas Pessoas com Necessidade Especial Pessoas com Necessidades Especiais
Aprendizagem	Aprendizado Aprendizado Contextualizado Aprendizagem Contextualizada Educação Contextualizada

	Fenomenografia
--	----------------

Fonte: Autores, com base no tesouro multilíngue DeCS/MeSH – Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings (2023).

Para Morosini et al. (2021) é muito importante, nas pesquisas do estado do conhecimento a escolha dos descritores, eles devem ser escolhidos norteando-se pelo problema da pesquisa. A escolha adequada dos descritores é essencial para que os resultados encontrados se relacionem com o tema de pesquisa, devendo ser bem planejada e alinhada aos objetivos da pesquisa, para que possa atender a abrangência e a especificidade da temática.

Entende-se por estado de conhecimento, “[...] a identificação, registro, categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo [...]”. (MOROSINI et al., 2021, p. 21). A pesquisa sobre o estado do conhecimento configura-se como método de pesquisa interessante para verificação dos aspectos abordados em diferentes campos do conhecimento e por diferentes instituições de ensino.

5

Segundo Morosini et al. (2021) na fase de escolha das produções é realizada a chamada leitura flutuante, que configura-se como uma rica fase da pesquisa, uma vez que, pela análise dos títulos e resumos das produções científicas, identifica, de forma sucinta o objetivo, a metodologia e os resultados das investigações e, restando dúvidas quanto ao tema, poder-se-á realizar à leitura do restante da produção, avaliando o grau de relevância e da pertinência do tema preliminarmente selecionado localizando-o em um campo de produção de conhecimento.

Na etapa de categorização, foi realizada a elaboração dos critérios de seleção e de descarte de temas. Quanto aos critérios de descarte não foram selecionadas produções que tratam de: I- estudos que tratem da inclusão de Pessoas com Deficiência em outros níveis educacionais que não o universitário; II - estudos que tratam de metodologias de ensino de uma área específica do conhecimento; III - estudos que apresentem apenas a descrição das políticas públicas sem reflexão sobre o tema. IV - Estudos produzidos por e sobre Instituições Privadas de Educação Superior, uma vez que não são o foco de interesse da pesquisa.

Após a seleção dos trabalhos, realiza-se a organização da Bibliografia Categorizada que, segundo Morosini (2021, p. 67) é “uma análise mais aprofundada do

conteúdo das publicações, do que podemos chamar de unidades de sentido”. Nessa etapa deve ser realizado o agrupamento das publicações em “unidades de sentido”, que dizem respeito à similaridade dos temas das publicações. Ao fim da categorização das publicações, será possível estabelecer inferências sobre os trabalhos analisados, trazendo à tona novas proposições sobre o tema e as publicações em análise, no que Morosini (2021, p.71) chama de “Bibliografia Propositiva”.

3 Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior

A inclusão de pessoas com deficiência na educação superior é um tema de grande relevância e impacto tanto no campo da educação quanto na esfera social. Ao longo das últimas décadas, diversos marcos legais foram estabelecidos com o intuito de garantir o acesso igualitário e a permanência de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior - IES.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) também reforça o direito à educação inclusiva, enfatizando a necessidade de promover o atendimento educacional especializado, sempre que necessário, para garantir a plena participação dos estudantes com deficiência. Além disso, em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que estabelece diretrizes para a inclusão em diversas áreas, incluindo a educação (BRASIL, 2015).

No âmbito do Ensino Superior, uma importante referência é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Ela reforça o direito à inclusão de estudantes com deficiência nas IES e estabelece a necessidade de adaptações e recursos pedagógicos específicos para garantir a acessibilidade e a participação plena desses estudantes.

Uma das principais legislações relacionadas à reserva de vagas é a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei de Cotas, que estabelece que as instituições federais de ensino superior devem reservar uma porcentagem de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. A Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016), atualizou a lei de cotas, e determinou a reserva de vagas, nas Instituições Federais de Ensino

Superior (IFES) para Pessoas com Deficiência. Já em a Lei nº 14.723 (BRASIL, 2023), expandiu ainda mais o alcance das cotas, incluiu os estudantes quilombolas como beneficiários, determinou a prioridade, aos cotistas, no recebimento de auxílio estudantil, bem como determinou a avaliação dessa legislação, a cada dez anos.

Outro marco importante é o Decreto nº 9.034/2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta a Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016) e estabelece diretrizes para a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas IFES. Esse decreto estabelece que as vagas reservadas devem ser distribuídas de acordo com critérios de acessibilidade e inclusão, assegurando que os estudantes com deficiência tenham condições adequadas para o pleno exercício de seus direitos acadêmicos.

Essas legislações têm o objetivo de garantir que as instituições públicas de Ensino Superior adotem medidas concretas para promover a inclusão de pessoas com deficiência, reservando vagas e proporcionando condições adequadas de acesso e permanência. Com isso, busca-se assegurar a diversidade e a pluralidade nas instituições de ensino, bem como a valorização da igualdade de oportunidades no acesso à educação superior.

Mantoan (2006), enfatiza a necessidade de uma mudança de paradigma na educação universitária para garantir a inclusão das pessoas com deficiência. Ela argumenta que a inclusão não é apenas uma questão de acomodação individual, mas sim uma transformação estrutural que requer a promoção de uma cultura inclusiva, a eliminação de barreiras arquitetônicas, a oferta de recursos de acessibilidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A inclusão de Pessoas com Deficiência na educação universitária é uma temática complexa e multidimensional que envolve questões sociais, educacionais e políticas. Portanto, se faz necessário refletir sobre a política educacional inclusiva construída e implementada nas IFES, tendo como foco os processos de ensino-aprendizagem, avaliação e permanência dos estudantes com deficiência nesse nível de ensino.

4 Resultados e Discussões

Após o levantamento dos dados junto ao Banco Nacional de Teses e Dissertações, utilizando os descriptores previamente definidos, os trabalhos foram selecionados. A partir da pesquisa ao banco de dados, foram identificadas aquelas produções que se aproximaram da intencionalidade de busca. Nesse processo, o sistema reconheceu

quarenta e um (41) trabalhos produzidos entre os anos de 2013 a 2022, sendo vinte e sete (27) dissertações e quatorze (14) teses

As teses e dissertações analisadas foram produzidas por vinte e uma (21) Universidades, dezesseis (16) instituições públicas e 5 instituições privadas. Embora o período escolhido seja de 2012 a 2022, neste ano, não foram encontradas publicações que tratem da temática selecionada.

Diversas instituições de Ensino Superior estão envolvidas na produção de pesquisas sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, sobretudo as instituições públicas. A quantidade de pesquisas produzidas pode variar de acordo com diversos fatores, como o foco institucional, o financiamento disponível e o interesse dos pesquisadores. Universidades que possuem programas de Pós-graduação e centros de pesquisa em áreas relacionadas à educação inclusiva, Educação Especial, políticas públicas, psicologia, sociologia e outras disciplinas afins, tendem a ter uma produção mais significativa de pesquisas sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, como é o caso da Universidade Federal de Santa Maria.

Analizando-se os dados, pode-se concluir que, dos trabalhos pesquisados no acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 9,8%, enquanto 90,2% são produzidos em instituições privadas e das produções científicas da área foram produzidas em instituições públicas de ensino superior, dentre elas, é possível destacar a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM como a responsável por 22% das produções que tratam do ingresso, permanência e conclusão dos cursos de graduação por estudantes com deficiência.

Diante da observação da existência de maior consistência nas produções sobre o tema, por Instituições de Ensino Superior públicas e considerando que o estudo tem como foco essas instituições, serão analisadas as produções realizadas por estas instituições.

Considerando a etapa de categorização, que objetivou a identificação e elaboração dos critérios de seleção e de descarte de temas. A busca resultou em 12 trabalhos, nove (9) Dissertações e três (3) Teses. Os estudos serão mencionados ao longo deste trabalho, constituindo o seu referencial, ou seja, o corpus da pesquisa, e orientando bibliografias para aprofundamento teórico (Quadro 2).

Quadro 2 – Trabalhos selecionados para compor o *Corpus* da pesquisa

Nº	Título	Autor	Descritores (palavras-chave)	Instituição	Ano	D/T
1	O currículo e a inclusão na educação superior: ações de permanência nos cursos de graduação da UFSM	LAVARDA, Eliane Sperandei	Inclusão/ Educação Superior/ Ações de Permanência no Currículo	UFSM	2014	D
2	Educação especial no ensino superior: acessibilidade no processo de inclusão escolar, a partir de relatos de acadêmicos com deficiência	TAVARES, Ana Paula da Paz	Psicologia educacional/ Educação especial/ Inclusão em educação/ Ensino superior/ Pessoas com necessidades especiais/ Acessibilidade/ Acadêmicos com necessidades educacionais especiais/ Brasil/ Educational psychology/ Special education/ Higher education/ Accessibility/ Ciências Humanas/ Psicologia	UEM	2014	D
3	Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação EAD/UAB/UFSM	Dillenburg, Andreia Ines	Inclusão/ Permanência/ Educação a distância/Ensino superior	UFSM	2015	D
4	A inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: um estudo sobre o acesso, permanência e aprendizagem	MENDES, Hernestina da Silva Fiaux	Inclusão/ Educação superior/ Pessoas com deficiência	UNIOESTE	2015	D
5	Práticas psicopedagógicas com o estudante da educação superior: desafios do aprender	CEZAR, Amanda do Prado Ferreira	Aprendizagem/ Psicopedagogia/ Ensino Superior/ Educação Especial/ Dificuldades de Aprendizagem	UFSC	2016	D
6	Reestruturação da educação superior e ações direcionadas à permanência e diplomação do estudante com necessidades educacionais especiais	FIORIN, Bruna Pereira Alves	Educação superior/ Necessidades educacionais especiais/ Permanência/ Reestruturação	UFSM	2018	T
7	Um estudo sobre práticas avaliativas direcionadas aos estudantes com deficiência no ensino superior: a meta-avaliação como processo	SOUZA, Carmen Rosane Segatto e	Avaliação/ Ensino Superior/ Inclusão/ Meta-Avaliação	UFSM	2019	T
8	Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal	OLIVEIRA, Maria Auxileide da Silva	Inclusão/ Educação superior/ Prática pedagógica	UFRN	2020	D

	do Acre: panorama e perspectivas					
9	Inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior públicas de Foz do Iguaçu-PR: perspectivas e desafios dos docentes	ROSSI, Kátia Biff	Inclusão/ Ensino superior/ Deficiência	UNIOESTE	2020	D
10	Inclusão e permanência na Universidade de Brasília : desafio dos estudantes de graduação com deficiência	LIMA, Luciana Piccini Moreira	Inclusão/ Ensino Superior/ Pessoa com Deficiência	UNB	2021	M
11	Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do Núcleo de Acessibilidade da UFSM	PEREIRA, Daiane Flores	Educação Especial/ Atendimento Educacional Especializado/ Educação Superior	UFSM	2021	D
12	(Im) Possibilidades da implementação da terminalidade específica na educação superior	SILVA, Mariane Carloto da	Educação Especial/ Educação Superior/ Terminalidade Específica/ Acessibilidade Curricular	UFSM	2022	T

Fonte: Autores (2023).

10

As categorias de análise utilizadas neste trabalho foram: Permanência, Políticas Institucionais e Políticas Públicas referentes à experiência de ingresso de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. Para Bardin (2011, p.148) essa fase da análise consiste em “classificar elementos em categorias” o que “a investigação do que cada um dos textos tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum entre eles”.

Como critério de definição, usaremos a perspectiva de Lavarda (2014), que define ações de Permanência, como todas as ações desenvolvidas em relação ao currículo que levem aos alunos a se manter constante e perseverar no curso para a sua provável e possível conclusão. Ainda segundo Lavarda (2014) ações acessibilidade, compreendidas, nesta pesquisa, também como Ações de Permanência.

Utilizando-se da definição de Lavarda (2014) comprehende-se que nos doze (12) trabalhos selecionados para compor o corpus da pesquisa tratam de ações de permanência sob diferentes perspectivas. Também, em todos os trabalhos são discutidas as políticas institucionais de Inclusão ou, ações promovidas ou não, pelas instituições, para as ações de permanência.

Todas as pesquisas trouxeram em seu bojo discussões sobre as políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior, tratando da legislação brasileira e as normativas nacionais, tais como a criação dos núcleos de acessibilidades, no entanto a pesquisa de Lavarda (2014) dedicou atenção especial às políticas de ingresso por meio de ações afirmativas, definindo este público como sujeitos de investigação.

Dos trabalhos analisados, quatro abordam as políticas institucionais de inclusão a partir da perspectiva dos estudantes, três trabalhos a partir da perspectiva dos docentes, um a partir da visão dos coordenadores de cursos, um sobre a compreensão da equipe do setor responsável pelo atendimento aos estudantes com deficiência e o também um trabalho discute a inclusão no espaço universitário sob a ótica dos gestores desta política, bem como da equipe de profissionais que trabalham diretamente com ela. Política institucional que, conforme Mendes (2015), pode ser compreendida como a formação docente, os recursos pedagógicos empreendidos, ou não, no atendimento individualizado, além das normativas institucionais para o atendimento a este público, bem como, a composição técnica dos núcleos de inclusão.

Dos trabalhos selecionados, dois abordam a Inclusão de uma perspectiva que vai além do que é realizado em nível institucional. Na tese de Silva (2022) ela trata da Terminalidade Específica, possibilidade prevista na educação básica, como estratégia de flexibilização do currículo e alternativa de diversificação educacional para a garantia de espaços inclusivos e equitativos a estudantes com necessidades educacionais específicas, discutindo aspectos positivos e negativos do uso das Terminalidades Específicas e as possibilidade de implementação como política institucional nas Instituição de Ensino Superior, a partir das experiências observadas em Institutos Federais de Educação.

O trabalho de Silva (2022) não discute a política a partir da prática de uma instituição, analisa documentos institucionais coletados em onze Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que tratam da Certificação por Terminalidade Específica, entrevista doze Pró-Reitores, sendo onze Pró-Reitores de Ensino de Institutos Federais e um Pró-Reitor de Graduação de uma universidade federal. A tese apresenta evidências de que a Terminalidade Específica pode tornar-se uma Política universitária, como uma das ações que possibilitem a permanência, aprendizagem e conclusão na Educação Superior para estudantes público-alvo.

Outra abordagem que destaca-se as demais, é a de Fiorin (2018), intitulada

“Reestruturação da educação superior e ações direcionadas à permanência e diplomação do estudante com necessidades educacionais especiais”, o trabalho tem uma abordagem mais abrangente, pois realiza a análise das políticas institucionais de três Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, buscando impulsionar as discussões referentes “permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais na Educação Superior, auxiliando na compreensão das ações e trabalho desenvolvido pelos setores de apoio/atendimento, assistência estudantil e acessibilidade” (FIORIN, 2018, p.9).

A partir da leitura das produções científicas, percebe-se que as instituições estão buscando construir e fortalecer as políticas institucionais direcionadas ao público da Educação Especial, em especial as pessoas com deficiência, no entanto, são iniciativas ainda tímidas, quer seja por falta de recursos, ausência de profissionais qualificados ou ainda por uma cultura excludente, o que emerge dos estudos dessas produções é a necessidade da construção de estratégias interinstitucionais. Essas estratégias dizem respeito a troca de experiências e saberes, parcerias para qualificação tanto de professores, técnicos e comunidade, quanto na busca de recursos para a efetivação, de fato, de uma política pública que garanta a equidade de participação de todos no Ensino Superior.

5 Considerações Finais

O trabalho foi desenvolvido como parte da dissertação de mestrado Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: Equidade nos Processos Avaliativos. A revisão bibliográfica, realizada por meio do Estado do Conhecimento proposto por Morosini (2021), buscou compreender as principais abordagens teóricas, metodológicas e resultados encontrados nas teses e dissertações selecionadas sobre esse tema.

A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior é uma questão de extrema importância e atualidade, visando garantir igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento para todos os estudantes, independentemente de suas limitações. O Estado do Conhecimento desempenha um papel fundamental ao mapear, analisar e sintetizar as pesquisas existentes sobre a inclusão no Ensino Superior, fornecendo análises valiosas para a gestão institucional dessa política por parte das Instituições Públcas de Ensino.

As legislações brasileiras, estabelecem a igualdade de direitos e oportunidades para pessoas com deficiência na educação superior, sendo respaldadas por políticas

institucionais e ações afirmativas, no entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados para tornar a inclusão uma realidade efetiva.

A análise de dados revelou que a maioria das pesquisas sobre o tema foi realizada por Instituições Públicas de Ensino Superior, com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria. As pesquisas abordaram a inclusão sob diferentes perspectivas, incluindo ações de permanência, políticas institucionais, perspectivas dos estudantes, docentes, coordenadores de cursos e equipes de atendimento.

Embora haja avanços na construção de políticas institucionais de inclusão, ainda são necessárias estratégias interinstitucionais para fortalecer e aprimorar a efetivação dessas políticas. A troca de experiências, parcerias e busca por recursos são fundamentais para garantir a equidade de participação de todos os estudantes no Ensino Superior.

Em síntese, o estudo realizado por meio do Estado do Conhecimento proporcionou uma visão generalista do estado atual das pesquisas sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, com ênfase nas implicações em nível de gestão institucional. Com base nas pesquisas existentes, busca-se fornecer subsídios para a construção de políticas e práticas efetivas, promovendo uma educação universitária mais inclusiva, equitativa e acessível a todos os estudantes.

6 Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Diego de Moraes. *Avaliação técnica do trabalho desenvolvido no setor de acessibilidade, da assistência estudantil, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - estudo de caso*. 2018. 125f. Dissertação (Mestre em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba.
- BORTOLAZZO, Jéssica Colpo. *Intervenção psicopedagógica na educação superior: acessibilidade aos estudantes com deficiência*. 2015. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.
- BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli. *Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: estudo com pós-graduandos*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista. Bauru.
- BRASIL. *Lei n.º 9394/96 de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 30 ago. 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 7 jul. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Diário Oficial da União, 29 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 9.034 de 20 de abril de 2017*. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: Diário Oficial da União, 24 abr. 2017.

BRASIL. *Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Diário Oficial da União, 14 nov. 2023.

14

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior*. Brasília: MEC/SECADI/SESu, 2013.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. *A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior: obstáculos e possibilidades*. 2018. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

CAVALCANTE, Jéssica Beatriz da Silva. *A tutoria inclusiva na trajetória acadêmica de discentes da UFRN: desafios e contribuições*. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal.

CEZAR, Amanda do Prado Ferreira. *Práticas psicopedagógicas com o estudante da educação superior: desafios do aprender*. 2016. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo. *Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade*. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista. Bauru.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo. Trajetória acadêmica de estudantes com deficiência no Ensino Superior do Brasil e de Portugal: contribuições da Psicologia. 2020. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual

Paulista. Bauru.

COUTINHO, Marta Callou Barros. *Construção de saberes docentes para a inclusão das pessoas com deficiência: um estudo a partir dos professores do curso de pedagogia do Sertão pernambucano*. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

DILLENBURG, Andreia Ines. *Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação EAD/UAB/UFSM*. 2015. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

DILLENBURG, Andreia Ines. *O ambiente de potencial formação (APF) como mediação para a acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior a distância*. 2021. 350 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

FIORIN, Bruna Pereira Alves. *Reestruturação da educação superior e ações direcionadas à permanência e diplomação do estudante com necessidades educacionais especiais*. 2018. 261 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

LAVARDA, Eliane Sperandei. *O currículo e a inclusão na educação superior: ações de permanência nos cursos de graduação da UFSM*. 2014. 122 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

15
LIMA, Luciana Piccini Moreira. *Inclusão e permanência na Universidade de Brasília: desafio dos estudantes de graduação com deficiência*. 2021. 207 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Universidade de Brasília. Brasília.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Amorim Arantes (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. - 1. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MAHL, Eliane. *Programa de formação continuada para professores de educação física: possibilidades para a construção de saberes sobre a inclusão de alunos com deficiência*. 2016. 268 p. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

MARQUES, Cláudia Luíza. *Educação profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília*. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Brasília. Brasília.

MENDES, Hernestina da Silva Fiaux. *A inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: um estudo sobre o acesso, permanência e aprendizagem*. 2015. 121 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

MESQUITA, Bárbara Andressa Mendonça de Rocha. *A pessoa com deficiência no ensino superior: a concepção de docentes do curso de licenciatura em Educação Física de uma universidade no município de Goiânia*. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Picila; BITTENCOURT, Zoraia. *Estado do*

conhecimento: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

OLIVEIRA, Gracy Kelly Andrade Pignata. *Inclusão na Educação Superior: novas tessituras para o campo da docência universitária*. 2021. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

OLIVEIRA, Maria Auxileide da Silva. *Inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Acre: panorama e perspectivas*. 2020. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

OLIVEIRA, Marla Vieira Moreira de. *Acessibilidade e ensino superior: desvendando caminhos para o ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri – URCA sob a perspectiva da avaliação educacional*. 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

PEREIRA, Daiane Flores. *Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do Núcleo de Acessibilidade da UFSM*. 2021. 96 p. Dissertação Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

ROSSI, Kátia Biff. *Inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior públicas de Foz do Iguaçu-PR: perspectivas e desafios dos docentes*. 2020. 83f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

SILVA, Ana Paula de Sousa Moraes da. *Tecnologia assistiva nas instituições de ensino superior público no Município de Boa Vista - Roraima*. 2022. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista.

SILVA, Cleonice Almeida da. *Trajetórias da inclusão e caminhos de formação: percurso escolar de estudantes com deficiência visual no Curso Técnico em Agropecuária do IFCE Campus Crato*. 2018. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica.

SILVA, Daniele Sentevil da. *Suportes para estudantes com deficiência visual no ensino superior*. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

SILVA, Kele Cristina. *Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência*. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília.

SILVA, Mariane Carloto da. *(Im) Possibilidades da implementação da terminalidade específica na educação superior*. 2022. 183p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

SILVA, Solange Cristina da. *Acessibilidade para estudantes com transtorno do espectro autista no Ensino Superior*. 2020. 281p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SOUSA, Neide Maria Fernandes Rodrigues de. *A pessoa com deficiência física: representações sociais de alunos usuários de cadeira de rodas sobre a escolarização e as implicações no processo formativo.* 2015. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém.

SOUZA, Carmen Rosane Segatto e. *Um estudo sobre práticas avaliativas direcionadas aos estudantes com deficiência no ensino superior: a meta-avaliação como processo.* 2019. 164 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

SOUZA, Sheila Carla de. *Formação do professor e inclusão educacional no ensino superior.* 2020. 201 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

TALMAG, Ane Frank Araújo. *Avaliação da aprendizagem de alunos surdos no ensino superior: estudo de caso em um curso de graduação em Letras Libras.* 2018.106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

TAVARES, Ana Paula da Paz. *Educação Especial no Ensino Superior:* acessibilidade no processo de inclusão escolar, a partir de relatos de acadêmicos com deficiência. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

VIGENTIM, Uilian Donizeti. *Tecnologia assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas.* 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara.